



Amurabi Oliveira



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

amurabi1986@gmail.com

Inaê label Barbosa



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

inaeib@outlook.com

APRENDER E ENSINAR A FAZER UMA ANTROPOLOGIA DOS ARQUIVOS

RESUMO

O fazer antropológico, ao menos desde Malinowski, está profundamente ligado à ideia de produção de dados etnográficos, a partir da ida ao campo, de modo que o contato com o outro, a troca, o encontro, passaram a ser pensados como elementos constitutivos da produção do conhecimento em antropologia, o "estar lá". Esta relação complexifica-se ao pensarmos a possibilidade de produzirmos uma antropologia do arquivo, na qual nossos "nativos" falam por meio de documentos, cartas, papéis empoeirados etc. Neste trabalho propomo-nos a refletir sobre o processo de aprender e de ensinar a como produzir uma antropologia dos arquivos, tomando como fio condutor uma pesquisa em curso acerca da história das ciências sociais em Santa Catarina.

Palavras-chave: Ensino de antropologia. Formação de pesquisadores. Antropologia do arquivo.

LEARN AND TEACH TO DO AN ANTHROPOLOGY OF ARCHIVES

ABSTRACT

The anthropological work, at least since Malinowski, is deeply connected to the idea of producing ethnographic data, from the time of going to the field, so that the contact with the other, the exchange, the encounter, began to be thought of as constitutive elements of production of knowledge in anthropology, the "being there". This relationship becomes more complicated when we think about the possibility of producing an anthropology of the archive, in which our "natives" speak through documents, letters, dusty papers, etc. In this work we propose to reflect on the process of learning and teaching how to produce an anthropology of archives, taking as a guideline an ongoing research about the history of social sciences in Santa Catarina.

Keywords: Teaching of anthropology. Training of researchers. Anthropology of the archive.

Submetido em: 01/12/2018

Aceito em: 07/02/2019

Ahead of print em: 09/03/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p405-415>



I INTRODUÇÃO

Pensar o ensino tem sido uma questão relevante para o campo da antropologia brasileiro, como bem demonstra a presença recorrente dessa temática, desde as primeiras Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA). Observa-se que nesse espaço institucional o debate conflui, sobretudo, para a discussão sobre o ensino de antropologia no ensino superior, voltado especialmente para a formação de antropólogos, porém nos últimos anos, o escopo da discussão tem sido ampliada, incluindo-se a discussão sobre o ensino de antropologia para “não antropólogos”, ou ainda sobre o ensino de antropologia na educação básica, especialmente por meio da disciplina sociologia no currículo escolar a partir de 2008 (OLIVEIRA, 2017).

Apesar desse relevante espaço institucional, é válido indicar que a discussão sobre o ensino de antropologia é marginal nos departamentos de ciências sociais/antropologia. Como bem aponta Moraes (2003), historicamente os cursos de licenciatura ocupam uma posição secundária nos departamentos de ciências sociais, que tendem a privilegiar a formação em nível de bacharelado. Mesmo ao considerarmos o incremento da discussão sobre ensino junto aos cursos de ciências sociais, esse tem se concentrado na reflexão sobre o ensino de sociologia na educação básica, e, ainda que possamos reconhecer que a presença dessa disciplina inclui conhecimentos de antropologia e ciência política, o ensino dessas outras duas ciências sociais apenas tem tangenciado a discussão.

No presente trabalho, almejamos desenvolver uma reflexão sobre os processos de ensino e de aprendizagem da antropologia, assumindo como fio condutor a reflexão sobre o ensino da antropologia no uso de arquivos. Consideramos que essa é uma reflexão fundamental, na medida em que nos possibilita relativizar a ideia do fazer antropológico, bem como o próprio lugar da etnografia na antropologia.

Este trabalho possui dois autores, que ocupam justamente posições complementares nesse processo de ensino e aprendizagem: de professor e de aluna. Portanto, parte das reflexões que são aqui trazidas originam-se no desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a história das ciências sociais em Santa Catarina, o que envolveu também discussões em grupo.

Na primeira parte do trabalho, discutiremos a questão do arquivo no campo da antropologia, e, subsequentemente nas sessões seguintes, realizaremos alguns apontamentos acerca da questão do ensino e da aprendizagem dessa ciência neste contexto.

2 O ARQUIVO COMO CAMPO

Qualquer estudante de ciências sociais/antropologia se depara com disciplinas que vão discutir a história da antropologia, indicando suas origens ainda no século XIX, e apontando para uma sequência de escolas de pensamento, normalmente iniciando-se com o evolucionismo britânico. Nomes como Lewis Morgan (1818-1881), Edward Tylor (1832-1917), James Frazer (1854-1941) são amplamente conhecidos pelos estudantes quando iniciados nesse campo, e, de forma muito simplista, indica-se que além de terem uma concepção de cultura “única” e uma visão evolucionista do desenvolvimento social e cultural das sociedades humanas, também teriam como uma característica em comum a ausência de trabalho de campo em suas trajetórias.

No processo de ensino da história da antropologia, normalmente, segue-se após a apresentação da escola evolucionista, para o paradigma inaugurado por Bronislaw Malinowski (1884-1942), que teria inaugurado a partir de sua obra seminal *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) a sistematização do trabalho de campo, de tal modo que esse fazer passa a ser constitutivo da produção do conhecimento em antropologia.

A escrita etnográfica passa a ser um objeto de constante reflexão por parte dos antropólogos. Trabalhos como os de Clifford (2002) e Geertz (2009) seguem as pistas desse fio condutor, indicando a centralidade que o trabalho de campo possui, para o fazer antropológico. Nesta direção, pensar a pesquisa com arquivos, fugindo da construção “tradicional” de trabalho de campo, compreendido como “estar lá” (GEERTZ, 2009), nos remete a um desafio de reaprender a pensar antropológicamente.

Nessa direção, são interessantes algumas críticas que têm sido elaboradas à sobreposição entre a ideia de etnografia e de antropologia, que buscam esclarecer, justamente, que essas não são categorias equivalentes. Mais ainda, busca-se esclarecer como a ideia de trabalho de campo, no caso da antropologia, não necessariamente se equivale à ideia de etnografia. Conforme Ingold (2016, p. 406-7):

Durante um determinado período de tempo, os encontros com as pessoas são compostos e incorporados àquilo que se veio a conhecer como trabalho de campo. Portanto, as objeções levantadas contra o etnografar dos primeiros se aplicam também ao segundo. A etnograficidade não é mais intrínseca ao trabalho de campo do que aos encontros do qual este é feito. E a confusão entre etnografia e trabalho de campo é uma das mais comuns na disciplina, e, especialmente insidiosa por ser raramente questionada. Reconhece-se que o campo nunca é vivido enquanto tal quando você está de fato *lá*, ocupando-se dos afazeres da vida cotidiana – que ele só emerge quando você o deixou, e começa a escrever sobre ele. Talvez o mesmo não valha para o etnográfico. Para que se seja consistente, talvez se deva remover tanto o “etnográfico” quanto o “campo” do trabalho de campo etnográfico, e referir-se simplesmente ao modo já consolidado de trabalhar: a *observação participante*. Como apontaram Jenny Hockey e Martin Forsey (2012), etnografia e observação participante não são a mesma coisa.

Ao indicar que há uma confusão entre etnografia e trabalho de campo, e que essa confusão se estende à relação entre etnografia e antropologia. Isso nos abre a possibilidade de repensarmos a ideia de

trabalho de campo. Os arquivos também podem ser um campo, especialmente se considerarmos o arquivo como um artefato cultural, que também é produzido pelos indivíduos. Isso se torna ainda mais evidente quando tratamos de arquivos pessoais.

No trabalho que temos desenvolvido, temos trabalhado com a história do ensino de ciências sociais em Santa Catarina, a partir, principalmente, do arquivo institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), incorporando ainda os arquivos da Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 1955 e que depois passa a integrar a UFSC. Ainda que se trate de um arquivo institucional, estamos lidando com planos de ensino, memorandos, pontos de concurso, elaboração de bancas examinadoras, relatórios de ensino produzidos por professores. Nessa direção nos são válidos ainda os apontamentos realizados por Cunha (2004, p. 293):

Mary Des Chenes (1997) questionou a naturalização das fontes arquivísticas e o lugar destinado às investigações em arquivos dentro da disciplina. Observou, por exemplo, a legitimidade conferida aos textos etnográficos, por descreverem e *documentarem* relações interpessoais supostamente diretas, e a pouca relevância dos documentos oriundos dos arquivos, vistos como espécies de relatos frios, maculados por camadas imprecisas de interpretação. A exclusão dos arquivos como um possível *campo* da atividade etnográfica pressupõe a centralidade de modalidades específicas de pesquisa. "Documentos encontrados 'no campo'", argumenta Des Chenes, "são tratados como sendo algo de categoria distinta daqueles depositados em outros lugares" (1997:77). O caráter aparentemente artificial e potencialmente destruidor das supostas vozes e consciências nativas conferiria aos arquivos uma posição desprivilegiada entre os lugares nos quais o conhecimento antropológico é possível. Por esse viés, a pesquisa em arquivo aparece como antítese da pesquisa de campo e sua transformação em uma etnografia é vista com ceticismo. Essa posição se deve, em parte, ao legado funcionalista que postulou a centralidade da primeira como *locus* da prática antropológica. Mas não só. Afinal, documentos não falam e o diálogo com *eles* — quando alvo de experimentação — implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no *campo*. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um *campo* etnográfico. Se a possibilidade de as fontes "falarem" é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem "ouvir" e, sobretudo, "dialogar" com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas 'vozes' forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.

Essa possibilidade de deslocamento, que redimensiona o arquivo como campo próprio da antropologia é o fio condutor de nossa discussão sobre ensino de aprendizagem na antropologia. A ideia que nos norteia é explorar o modo de como ensinar e de como aprender determinados recursos da prática antropológica, o que também nos desestabilizar ao nos confrontar com os outros modos com os quais recursivamente temos acionado a antropologia.

3 ENSINAR ANTROPOLOGIA: AJUDANDO A REPENSAR A IDEIA DE CAMPO

Pensar a atividade do ensino de antropologia soa sempre um pouco nebuloso, uma vez que é recorrente a ideia de que não se pode ensinar a como fazer uma etnografia (PEIRANO, 1995), ou, melhor dizendo, que se pode ensinar no máximo determinados procedimentos de ida a campo etc., mas que não se pode ensinar a como fazer campo, ou para usar outra expressão, não é possível ensinar a como se ter “anthropological blues” (DAMATTA, 1978).

Podemos afirmar que há certa tradição “antimanualística” e “antididática” na antropologia brasileira, segundo a qual os estudantes devem iniciar a prática etnográfica principalmente por meio da leitura de boas etnografias, assim como da ida a campo. Com relação ao primeiro ponto, parece-nos que os cursos de ciências sociais no Brasil conseguiram consolidar uma tradição bastante erudita, na qual os estudantes têm acesso a uma ampla literatura (sobretudo euro-americana), porém, com relação à ida a campo, podemos indicar que essas ainda são pontuais e concentradas ao final do curso, apenas quando o estudante desenvolve seu trabalho final.

Deve-se ainda destacar aqui que o processo de ensino ocorre não apenas em sala de aula no sentido estrito, mas também em outros espaços de aprendizagem, como os grupos de pesquisa e nas relações de orientação. Neste sentido, destacamos que a experiência da qual partimos neste artigo vincula-se diretamente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Neste processo de ensino e de orientação, Guedes (2004, p. 190) considera que:

Orientar a introdução de alunos de graduação ou de pós-graduação na experiência do trabalho de campo etnográfico implica, hoje, também, em um intenso trabalho, digamos assim, de inserção dos estudantes em uma “linhagem” (Peirano 1995). Cada novo estudante incluído no grupo deve cumprir um programa de revisitação de questões, algumas pertencentes ao núcleo duro da antropologia, outras bastante específicas do trabalho que cada um de nós desenvolve. Trata-se, sem dúvida, de um trabalho pedagógico, mas também de sedução e convencimento. Esta inserção em projetos de pesquisa é, cada vez mais, condição *sine qua non* para os que pretendem investir em carreiras acadêmicas.

Nessa direção, seria possível dizer que o investimento que temos realizado no campo do ensino também se insere na construção de uma “linhagem” antropológica que passa a repensar e questionar uma visão estática de trabalho de campo. Para tanto os primeiros passos não poderiam ser diferentes, e nos levam a indicar leituras consideradas relevantes para pensar a relação entre pesquisas antropológicas e o uso de arquivos. Nessa direção, seguimos algumas das pistas iniciais apontadas por Cunha (2005, p. 9-10):

Imaginar? Mas a qual imaginação nos referimos, quando estamos diante de textos, imagens e sons que são apenas uma parte - quem sabe residual - de uma experiência etnográfica transformada em objeto de nossa atenção? A do etnógrafo ou a dos seus intérpretes póstumos - “caçadores de relíquias”, na provocação de Sally e Richard Price (2003)? Mais desconcertantes ainda são nossas

tentativas de enxergar um *sujeito* construído e congelado pelo texto e pela imagem produzidos pelo etnógrafo. Um primeiro passo em direção ao enfrentamento dessas questões foi me desvencilhar do que Fabian (1983: 167) chamou de "realismo ingênuo" ou "ilusão positivista" - a crença em que textos e objetos históricos representam o mundo e as suas inter-relações. Num segundo momento, tais impasses no meu contato com esses registros se transformaram numa pergunta: afinal, para que servem, se a experiência etnográfica é sobretudo uma relação e, como tal, uma vez limitada pelas vicissitudes do seu contexto, do presente e dos sujeitos envolvidos, não se presta a ser reproduzida sob a forma de uma fonte de uso historiográfico?

Notadamente tais questões só passam a ganhar sentido com a própria ida a campo, com o manuseio dos documentos, com a seleção do que é considerado relevante para a pesquisa. No nosso caso, tais questões se vinculavam diretamente à história do ensino das ciências sociais em Santa Catarina, cujas primeiras atividades iniciam no ensino superior apenas na década de 1950, junto aos cursos de história, geografia e filosofia da Faculdade Catarinense de Filosofia (OLIVEIRA, 2018).

O compartilhamento de leituras, de documentos, as orientações e as discussões em grupo constituíram os principais recursos pedagógicos acionados, com destaque para estas últimas, nas quais foi possível comparar também as diversas pesquisas em curso, os distintos recursos metodológicos acionados para a produção do conhecimento.

Reconhece-se assim que, apesar da centralidade que a figura do professor/orientador possa assumir nos processos de ensino, esse processo é sempre profundamente coletivo, a aprendizagem ocorre também entre pares, na troca, no diálogo que se estabelecem entre aqueles que desenvolvem seus distintos projetos de pesquisa.

Desenvolvemos ainda, como parte do exercício pedagógico de aprender a produzir conhecimento antropológico, a proposta de escrita conjunta, que envolve também um duplo movimento, de escrita do professor e da aluna. Esta, já orientada previamente sobre o assunto a ser desenvolvido, se volta para a escrita de uma parte específica do artigo, que é posteriormente revisado pelo orientador, o que implica uma reescrita da estudante após essa revisão. Compreende-se que o processo de orientação e produção de parcerias intelectuais é um dos mais centrais na produção do conhecimento antropológico, por meio do qual a disciplina se rotiniza e se expande (VELHO, 2004).

O que se busca demonstrar com essa argumentação é que o processo de ensino de antropologia (assim como de outras ciências) se vincula não exclusivamente ao contexto de sala de aula, articulando-se a outros espaços de produção de conhecimento e outras atividades que não apenas a docência no sentido estrito do termo. Neste caso específico, ensinar antropologia é também um exercício de desconstrução da antropologia já aprendida, de percepção da pesquisa em arquivos como parte da pesquisa antropológica.

Por fim, é também relevante indicar que a pesquisa em arquivos nos possibilita aprender como reconstituir uma realidade etnográfica. Por meio dos relatórios de ensino, da análise dos cadernos de aula, dos memorandos, atas etc., foi possível reconstituir recursivamente o clima intelectual e pedagógico da

Faculdade Catarinense de Filosofia e das primeiras experiências de ensino de antropologia em Santa Catarina. Ou seja, aprende-se também que é possível elaborar textos etnográficos, a partir de situações sociais que não foram vivenciadas diretamente pelo antropólogo, por meio do acesso a materiais que constituem um relato de uma situação vivida.

Se é bem verdade que apenas os “nativos” realizam uma “leitura em primeira mão” de sua própria cultura; o que nós antropólogos fazemos é já uma “leitura de segunda mão” (GEERTZ, 1989), isso implica dizer o arquivo é a expressão dessa “leitura em primeira mão”, e que cabe àqueles que produzem uma antropologia desse modo o papel de interpretar esse material e reconstituir etnograficamente as situações e condições nas quais ele foi produzido. Ensinar tais questões é um desafio, considerando o que já fora exposto anteriormente, sobre a necessidade de se desconstruir um determinado modo de compreender a escrita etnográfica e o trabalho antropológico.

4 APRENDER ANTROPOLOGIA QUANDO O FAZER ANTROPOLÓGICO NÃO É O “CLÁSSICO”

Quando estudos antropológicos se voltam para a própria disciplina, é comum a reflexão sobre teorias e métodos, sobre sua história e até mesmo sobre o ensino da disciplina. No entanto, é também comum a marginalização de uma dimensão importante do campo antropológico, pois são poucos os estudos que tomam os processos de aprendizagem em antropologia como objeto de reflexão. Como coloca Pierrot (2015, p.50), é curioso que “aqueles que afirmam que tudo se aprende e, portanto, que nada é inato” sejam os mesmos que pouco se interessam pelos processos de aprendizagem.

Antropólogos preocupados com a autonomia da disciplina poderiam afirmar que o estudo dos processos de aprendizagem é tarefa da psicologia, e não da antropologia (PIERROT, 2015), mas se é consenso no campo antropológico que se aprende a cultura onde se está inserido, nos parece que o aprender deveria constituir importante objeto de pesquisa em antropologia, especialmente o aprender a fazer antropologia. Afinal, segundo Lave, (2015, p. 45), “a questão ‘como aprendemos algo?’ atravessa as investigações sobre todo e qualquer aspecto da vida”, e não é diferente no que se refere à formação antropológica.

A importância do aprender a fazer antropologia é simples: ninguém nasce antropólogo/a. Tornar-se antropólogo/a é um processo complexo, que depende da aprendizagem das teorias e dos métodos próprios do campo antropológico para então passar a produzir conhecimento antropológico.

Esse processo torna-se ainda mais complexo quando o campo – *locus* privilegiado para se aprender a fazer antropologia, se considerarmos o aprender *como* uma prática e que se aprende *na* prática (LAVE,

2015) – onde se está inserido/a e aprendendo sobre o fazer antropológico difere do campo do fazer antropológico “clássico”¹. Esse é o caso de pesquisas antropológicas que tomam arquivos como campo de pesquisa, condição na qual os sujeitos e grupos que se estuda “falam” por meio de documentos e, geralmente, não é possível o contato, o encontro, a troca com o outro em pessoa.

Aprender a fazer uma antropologia dos arquivos coloca-se como um processo ainda mais complexo que aprender o fazer antropológico “clássico” porque, ao menos desde Malinowski, esse contato com o outro, o encontro e a troca, por meio da ida ao campo, passaram a ser pensados como elementos constitutivos da produção do conhecimento antropológico. Por consequência, é esse fazer antropológico “clássico” que é mais amplamente ensinado e aprendido nos cursos de antropologia².

Nesse sentido, a concepção de antropologia que predomina nos currículos acadêmicos e nas pesquisas antropológicas é essa firmada em um trabalho de campo que se relaciona com o humano (no sentido mais estrito do termo) e com o tempo presente; de modo que trabalhar antropológicamente com arquivos, com documentações de tempos passados, torna-se um desafio – principalmente para quem está em processo de formação, ou seja, aprendendo a fazer antropologia.

De fato, há um esforço, por parte de antropólogos e antropólogas, em produzir estudos para delinear uma chamada etnografia ou antropologia dos arquivos³ e oferecer pistas de como pode ser realizado o trabalho antropológico quando se toma arquivos como campo de pesquisa. Nosso argumento central aqui é que essas produções não estão inseridas nos currículos dos cursos de antropologia, o que exige dos e das estudantes interessados/as em tal discussão certa autonomia nos estudos para entrarem em contato com a mesma.

Parece-nos que são pontuais as ocasiões em que documentos são abordados como objeto de pesquisa antropológica e, geralmente, essa abordagem está relacionada à história da disciplina; quando se retomam seus primórdios, fazendo referência à chamada “antropologia de gabinete”. Com isso, um estereótipo sobre o trabalho antropológico documental é produzido, tomando como referência o modo de trabalho da antropologia de gabinete. Resulta disso uma hierarquização entre os fazeres antropológicos, em que o trabalho de campo “clássico” é mais valorizado que o arquivístico.

¹ Utilizamos aqui a noção “clássico” para nos referir ao cânone da tradição antropológica, ao fazer antropológico que advém das produções de autores consagrados no campo antropológico, como Malinowski, Lévi-Strauss, Evans Pritchard, Clifford Geertz, Franz Boas, Marcel Mauss, Radcliffe-Brown, entre outros.

² Apesar do reconhecimento de que “precisamos saber mais sobre como se dá o processo de transmissão de nossa disciplina, nos cursos de graduação e pós-graduação” (CORREA, 2006, p. 109), ainda são incipientes as pesquisas empíricas sobre esse tema (VEGA SANABRIA, 2015). De qualquer forma, para uma análise mais concisa sobre o que se ensina (conteúdos e autores) em cursos de antropologia vide Sartori (2015) e Vega Sanabria (2015).

³ Vide Costa, 2010; Cunha, 2004; 2005; Magalhães, 2018; e Souza, 2017.

Por isso, julgamos importante destacar que uma antropologia dos arquivos se distancia consideravelmente da antropologia de gabinete. Primeiramente porque, segundo Oliveira e label Barbosa (2018, p. 42):

(...) enquanto a antropologia de gabinete se voltou para documentos produzidos *sobre* certos grupos sociais e os concebeu enquanto dados inquestionáveis, a antropologia dos arquivos volta-se para documentos produzidos *por* grupos sociais de forma crítica, a fim de problematizá-los (...) (grifos dos autores).

Além disso, diversamente do que fazia a antropóloga de gabinete, uma antropologia dos arquivos não “destaca” do contexto os documentos que analisa. Pelo contrário; seu objetivo é tomá-los enquanto objeto de estudo, considerando sua condição de produto cultural de um determinado grupo social e de uma época específica. Dessa forma, segundo Cunha (2005, p. 8), “não só a natureza do que os usuários dos arquivos chamam de ‘documento’, mas também os contextos de sua produção e os invólucros institucionais que os protegem, preservam e autorizam” constituem questões-chave para uma antropologia dos arquivos.

Deparamo-nos com as questões apresentadas até aqui, a partir das condições objetivas de uma pesquisa que estamos realizando acerca da história das Ciências Sociais em Santa Catarina. A questão da importância de atentarmos para os processos de aprendizagem no campo antropológico ou, mais especificamente, para o exercício de aprender a fazer antropologia, está diretamente relacionada ao fato de que uma das pessoas envolvidas na pesquisa é estudante de graduação em Ciências Sociais e bolsista do Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A questão da pouca atenção que se tem direcionado nos cursos de antropologia a fazeres antropológicos outros que não o “clássico” e a questão das especificidades de uma antropologia dos arquivos, em diferenciação à chamada “antropologia de gabinete”, tem a ver com o esforço intelectual e metodológico que implica essa estudante à realização de uma pesquisa de caráter histórico e documental, a partir de uma abordagem antropológica, já que a ida ao campo, nesse caso, não corresponde àquela do fazer antropológico “clássico” ensinado nos cursos de antropologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve artigo buscou suscitar algumas questões que compreendemos como fundamentais para a discussão contemporânea sobre o ensino de antropologia, cuja relevância encontra-se no próprio exercício proposto de repensar os fundamentos dessa ciência. Se por um lado podemos concordar com a assertiva de que não é possível ensinar a alguém como fazer uma etnografia, como ter “*Anthropological Blues*”, isso não é o mesmo que se afirmar que não é possível debater os fundamentos do trabalho

etnográfico, e ensinar questões básicas que possibilitam àquele que está trilhando o caminho da antropologia a dar seus primeiros passos.

A divisão proposital desse artigo reflete a dupla condição dos autores desse trabalho, de professor e de aluna que refletem sobre os processos de ensino e aprendizagem de uma disciplina, a partir da prática da pesquisa, assim como dos processos de orientação. A reflexão aqui trazida, nesse sentido, destaca os processos de ensino e aprendizagem na universidade como processos coletivos, que envolvem não apenas a relação professor-aluno, mas também outros espaços de sociabilidades e construção do conhecimento.

Pensando em termos mais específicos do ensino e da aprendizagem da antropologia, o presente trabalho possibilitou uma reflexão sobre os desafios de se pensar esses processos com relação à antropologia de arquivos, que demanda um processo de desconstrução do que aprendemos sobre produzir conhecimento antropológico. Ensinar e aprender novas formas de se produzir antropologia implicou também a problematização dos fundamentos canônicos dessa ciência: questionar em que medida o fazer etnográfico no modo que Malinowski nos apresentou na primeira metade do século XX representa, de fato, a única forma possível de se pensar essa ciência.

As leituras, as orientações, as discussões em grupo, os exercícios de escrita, todos esses são elementos fundamentais no processo de ensino e de aprendizagem da antropologia, o que contradiz, amiúde, com o que lecionado nas aulas de teoria antropológica. Nessa direção, todo processo de aprendizagem implica também um questionamento sobre o que fora aprendido anteriormente, de tal modo que aprender não é apenas um exercício acumulativo, como também contraditório e plural.

REFERÊNCIAS

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COSTA, M. C. C. **Etnografia de arquivos** – entre o passado e o presente. *Matrizes*, v. 3, n. 2, p. 171-186, 2010.

CORREA, M. Damas & cavalheiros de fina estampa, dragões & dinossauros, heróis & vilões". In: GROSSI, M. et al. (orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, pp. 105-110, 2006.

CUNHA, O. M. G. da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUNHA, O. M. G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **MANA**, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DAMATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter *Anthropological Blues*. **Boletim do Museu Nacional**. S/v, n 27, p. 1-12.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GEERTZ, C. **Vidas e obras: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUEDES, S. L. Produzir antropólogos: algumas reflexões. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1,2, p. 185-196, 2004.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação (PUC RS)**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.

LAVE, J. **Aprendizagem como/na prática**. Horizontes Antropológicos, n. 44, p. 37-47, 2015.

MAGALHÃES, E. dos S. "Acossados por toda parte como brutos selvagens": os índios da cachorra morta na província do Ceará. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, n. 1, p. 15-32, 2018.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 05-20, 2003.

OLIVEIRA, A. O ensino de ciências sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia. **Ciências Sociais UNISINOS**, v. 54, n. 1, p. 117-125, 2018.

OLIVEIRA, A. Um Balanço da Discussão sobre Ensino na Associação Brasileira de Antropologia. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v. 1, n. 1, p. 80-91.

OLIVEIRA, A.; LABEL BARBOSA, Inaê. Oswaldo Rodrigues Cabral e a formação da antropologia em Santa Catarina. **Áltera – Revista de Antropologia**, v. 1, n. 6, p. 37-54, 2018.

PIERROT, A. Aprendizagem e representação. Os antropólogos e as aprendizagens. **Horizontes Antropológicos**, n. 44, p. 49-80, 2015.

SARTORI, A. O ensino da Antropologia nos cursos de licenciatura e bacharelado: "o que" ensinam e "como" ensinam. **Revista Café com Sociologia**, vol .4, n. 2, 2015.

SOUZA, C. V. e. Arquivos de pessoas e instituições em movimento: reflexões a partir de pesquisas com antropólogos no Brasil. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 192-205, 2017.

VEGA SANABRIA, G. A Antropologia Historicizada Ou Os Índios De Fenimore Cooper: Clássicos E História No Ensino De Antropologia No Brasil. **Mana**, v. 21, n. 3, pp. 609-639, 2015.

VELHO, O. Orientação e parceria intelectual: dilemas e perspectivas. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1,2, p. 135-143, 2004.